

A Eco-História da colonização italiana no Rio Grande do Sul

Juliana Bublitz*

Introdução

Marcas de prosperidade, sem dúvida, mas também de devastação fazem parte da história da colonização européia na região serrana do Rio Grande do Sul. A partir de 1875, milhares de imigrantes italianos subiram a encosta da Serra e estabeleceram-se na área. Coube a eles a tarefa de povoar uma região de montanha coberta de mata densa, fechada e úmida, delineada no alto por centenas de coníferas, entre elas majestosas araucárias, localizada no Norte da Província. Onde “mesmo ao meio dia reina na mata apenas uma luz enfraquecida, porque entre a densa ramagem quase nunca se enxerga uma réstia de céu azul”, como registrou em 1893 o biólogo sueco C. Lindmann¹. A floresta impenetrável e a borda da Serra, um paredão de mais de 300 metros de altitude, eram até então habitados por indígenas, principalmente por Coroados, que se dividiam em pequenos grupos e, a seu modo, exploravam a natureza em busca da sobrevivência – o que certamente também implicou um impacto ambiental, mesmo que de baixa escala.

Para os colonizadores europeus, no entanto, a mata subtropical e a encosta representavam barreiras naturais a qualquer tentativa de ocupação. Tratava-se de uma ampla extensão de terras de topografia irregular, difícil de ser alcançada e percorrida para qualquer um que, via de regra, não fosse nativo. Nesse sentido, desde o princípio da ocupação do Rio Grande do Sul, as condições físicas e naturais condicionaram o uso do território², e o povoamento se iniciou pela região dos campos naturais. Somente a partir da primeira metade do século XIX é que as áreas cobertas de vegetação, em alguns pontos da Depressão Central e na Serra, passaram a ser povoadas de forma sistemática, devido aos incentivos à imigração européia por parte do Império e do governo provincial. Antes de

1875, porém, a região serrana, conforme a documentação oficial, era ainda um pedaço de terra caótico, inculto e improdutivo, dominado por bugres e por feras.

Apesar da primeira leva de colonos ter chegado ao local em 1875, somente nos anos de 1876 e 1877 a imigração italiana de fato se intensificaria, com a vinda de três a quatro mil pessoas por ano à Província. Esse número atingiria cifras ainda mais elevadas, como a que se registrou em 1891, quando chegaram à Serra cerca de nove mil imigrantes. Tais registros indicam que a soma total de italianos vindos ao Estado em 33 anos de colonização ultrapassa a marca dos 70 mil³. Toda essa gente acabou se espalhando, pelo menos inicialmente, por uma área de 370 mil hectares, que envolvia sete colônias⁴. Segundo Manfroi⁵, em poucos anos, as primeiras áreas destinadas à colonização “foram inteiramente ocupadas e cultivadas pelos imigrantes italianos e seus descendentes”. Não se pode subestimar, no entanto, a presença indígena. Mesmo recuando na mata, distanciando-se da ação incisiva dos europeus, os índios continuavam por perto e ocupavam a área, inclusive disputando a posse do território.

Ano após ano, com a chegada de mais imigrantes, muitos dos descendentes de pioneiros e dos próprios recém-chegados passaram a procurar novos locais para se estabelecerem. Inicialmente, a marcha seguiu para os arredores das antigas colônias, mas acabou se assentando em outras regiões. Conforme Manfroi⁶, “a irradiação italiana atingiu toda a margem meridional do Planalto e, a Leste, alcançou os Aparados da Serra”, entretanto, segundo ele, “a grande linha de conquista foi a direção Noroeste”. Manfroi ressalta ainda que “depois de ter ocupado as últimas reservas florestais do vale do Rio Uruguai, se estendeu pelo Oeste catarinense [...] e pelo sudoeste paranaense”. A amplitude do traçado, incluindo áreas de preservação, revela o impacto ambiental resultante dessa colonização.

Observe-se, por exemplo, o relato do imigrante italiano Emmanuele Santini, chegado em 1875 a Campo dos Bugres, onde se desenvolveu a Colônia de Caxias. O colono

* Especialista em História do Brasil e bolsista da CAPES no curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – RS – Brasil. E-mail: julibublitz@yahoo.com.br

descrevia a nova terra de forma um tanto desoladora. Entretanto, por meio de suas observações, pode-se perceber o quanto a paisagem serrana, à época do início da colonização, era diferente do que se vê hoje na região. Tratava-se, segundo ele, de “uma mata virgem, com uma infinda série de animais selvagens, casas de paus rachados em forma de tábuas, verdadeiras choças no silêncio das selvas, isolamento, deserto de florestas impenetráveis”⁷. Como já referiu Maestri⁸, a sensação de isolamento tão reclamada pelos colonos era na realidade relativa. Mesmo que “o deserto de florestas impenetráveis” assustasse (ou desafiasse) os imigrantes, a dimensão dos lotes coloniais e a distância entre os vizinhos variava de 250 a 500 metros, não mais do que isso. A sensação relativa de isolamento provinha do fato de que, na Itália, em geral, os colonos viviam em aldeias, onde havia maior concentração demográfica e proximidade.

A competição ecológica

Com a chegada dos italianos, uma série de alterações começam a ocorrer no meio ambiente. Nesse sentido, o relato de um imigrante colhido por D. José Barea revela um pouco do ecossistema serrano no final do século XIX e da forma como os colonizadores inseriram-se nesse meio de difícil sobrevivência. Nele, diariamente, seres humanos e animais nativos interagiam e disputavam território. Na maioria das vezes, ao que se conclui a partir das informações fornecidas pelo colono, porcos do mato, macacos, papagaios e aves de variadas espécies acabaram fazendo parte da dieta alimentar dos imigrantes, assim como frutas e legumes. Segundo ele: “se não fossem os pinhões, não sei como teríamos sobrevivido, porque somente em princípios de 1877 começaram as primeiras colheitas de produtos essenciais à nossa alimentação! Quando, porém, veio a bendita safra, constatamos que ela era disputada por muitos pretendentes, entre os quais macacos, papagaios e outros animais e aves que em grande número investiam contra as plantações. Se nos prejudicavam, justiça devemos confessar que muitos deles, apanhados e mortos, mais de uma vez encheram nossas panelas, proporcionando-nos um caldo e uma carne

mais que saborosa. Quanto aos porcos, não nos contentava em afastá-los por meio de tiros de espingardas, disparadas ao cair da noite, nos lugares das plantações onde desejávamos apanhá-los. Outro estratagema era abrir buracos, cobertos de folhagem e, quando por ali passavam, neles caíam, havendo assim muita facilidade em apanhá-los e depois de mortos eram transportados para nossas casas”⁹.

Outra importante revelação contida no relato está ligada ao extermínio de ratões na região. A fala do imigrante ressalta que a própria diretoria da Colônia de Caxias incentivou a matança desses animais, porque surgiam como uma praga. É provável que o problema tenha ocorrido devido a algum desequilíbrio na cadeia alimentar – e podemos inferir que este tenha sido resultado da própria ação humana sobre o ecossistema local. O fato é que a administração colonial ofereceu dinheiro vivo a quem apresentasse roedores mortos. Dizia o italiano¹⁰ que “uma outra praga era a dos ratões, em quantidade incrível, roendo caixões, sapatos, trazendo, à noite, em verdadeiro sobressalto os que estavam dormindo. No Campo do Bugres, a diretoria da Colonização auxiliou-nos numa empresa para sua exterminação, pagando 500 réis a quarta (oito quilos)”.

No mesmo relato colhido por D. José Barea, citado anteriormente, há outro claro registro da competição ecológica deflagrada em terras serranas. Ao longo do depoimento, o colono contou do pavor causado por uma onça que, numa noite qualquer, invadiu sua casa. Embora, na época, a presença desses felinos fosse comum, aparecendo também nos relatos de colonos de outras partes da Província, hoje eles já não existem mais no Estado. Muitos foram abatidos pelos próprios imigrantes. Nesse caso, porém, o animal escapou ileso e com o jantar garantido: “Uma noite estávamos todos dormindo, numa modesta casa de madeira. Em dado momento, sentimos correrem nossos animais, rinchando desesperadamente! Pouco depois, ouvimos um fragor terrível, com o arrombamento da porta. Quem entrou precipitadamente? Uma onça de regular tamanho, que vinha perseguindo um cão e, apanhando-o, deixou a casa em direção ao mato”¹¹.

Ainda sobre a fauna selvagem das cercanias e sua relação com os povoadores, javalis, cobras e outros animais fazem parte das memórias dos pioneiros. O imigrante Carlin

Fabris¹², ao narrar a história do Povoado de Conceição, nas proximidades da colônia de Caxias, ressaltou que havia um “grande bando de Javalý (Porco selvaje) Jaguaterico, e outro animaes perigoso como cobra” na região, mas que o “intrepido Andrea”, um dos primeiros colonos chegados ao local, dizia que “o que se vince o pur si muore”. Em outras palavras, a natureza tinha de ser dominada a qualquer custo.

Os embates ocorriam não apenas entre colonos e animais, mas também entre colonos e indígenas. Paolo Rossato, outro imigrante italiano instalado na região serrana, relembra em suas cartas que, “no campo, sete anos atrás, diz no começo de 1884, só se encontravam bugres, que fugiram para o mato, bem longe, à medida que chegavam os colonos”¹³. Willems¹⁴ também destaca a competição ecológica entre imigrantes e tribos indígenas, ocorrida nas matas hidrófilas, refúgio derradeiro para os índios comprimidos pelas sociedades sertaneja e litorânea.

Distantes e assustadoras, as florestas brasileiras invariavelmente mexiam com o imaginário desses europeus, quase todos provenientes de comunidades aldeãs, e reforçavam o “caráter inculto, selvagem, não-civilizado dos territórios americanos que deveria desbravar”¹⁵. Essa cosmovisão influenciada em muito pela própria religiosidade do italiano acabou por definir o modo como este se inseriu e agiu no novo meio.

O mato, foco de animais temidos, como a onça descrita no relato anterior, e de bugres, *uomini selvaggi*, representação máxima do bárbaro, inculto e ateu, tinha de ser conquistado e domesticado. Em 1883, a alteração provocada pelos italianos na paisagem era ainda considerada pequena: “Não há um palmo sequer de campina no horizonte à vista, a não ser o que foi desmatado e arroteado pelos colonos”, dizia o cônsul Enrico Perrod¹⁶, concluindo que, fora isso, tratava-se “apenas uma densa floresta, que impõe terror”. Os colonos incorporavam a missão de civilizar aquele meio hostil e caótico. Continuavam desmatando e queimando, mesmo depois de já terem erguido suas casas e cultivado as primeiras plantações, para afugentar os bugres e as feras e, principalmente, para impor-se sobre o meio. Continuavam as derrubadas, não por questões econômicas inicialmente, mas por uma

espécie de ética religiosa, que os mantinha vivos e unidos, mesmo sentindo-se isolados, perdidos numa região praticamente abandonada até o início da colonização.

Curioso notar que a maioria dos pesquisadores que trataram do tema da colonização italiana no Estado, como Thales de Azevedo (1975), Olívio Manfroi (1975) e Octávio Ianni (1979), retrataram muito bem a ação dessa população sobre o meio natural, mas não enfatizaram as conseqüências disso sobre o ecossistema. Azevedo¹⁷ chegou intitular um dos capítulos de seu livro de *A adaptação ao meio*, no qual procurou tratar do que chamou de “estrutura ecológica da região colonial italiana”. A abordagem, no entanto, teve um sentido diverso do que tratamos neste trabalho introdutório sobre a eco-história da colonização européia no Estado.

Azevedo¹⁸ afirma que para compreender a estrutura ecológica da área de colonização italiana ou “o modo como a população se implantou na área e se organizou em função do meio, faz-se necessário expor os critérios que determinaram a localização dos imigrantes nas terras por onde se estendeu a colonização”. Assim, ao longo do texto, o autor trata exclusivamente de explicar em detalhes a estrutura dos travessões e das linhas, a forma como se dividiram e se compuseram os lotes coloniais, a estrutura dos barracões onde inicialmente se hospedavam os recém-chegados e os tipos de habitações construídas pelos imigrantes. Embora rica em minúcias e bastante completa, a abordagem não trata, em nenhum momento, do impacto ambiental da colonização. E não seria exagero afirmar que nenhum, dentre os principais *experts* da área, teve de fato a preocupação de analisar a devastação ambiental gerada a partir do processo migratório – e muito menos de relativizar o desenvolvimento econômico gerado a partir da colonização.

Considerações finais

Como se vê, o desmatamento pode ser analisado por meio de variadas abordagens historiográficas. Além da abordagem tradicional, que se configura principalmente a partir da história econômica e de certa forma justifica a imperiosa necessidade do desmatamento

para a implantação das colônias, há novos tipos de abordagens. Entre elas, destacam-se a eco-história e a história das paisagens, que enfatizam o desmatamento enquanto uma relação intercultural entre sociedade e meio ambiente, e não mais meramente econômica.

Nesse sentido, o atual paradigma da sustentabilidade, que orienta essas abordagens ecológicas de investigação histórica, permite uma reflexão crítica sobre o uso e a apropriação dos recursos naturais pelas gerações passadas, atribuindo a elas a devida responsabilidade pela disponibilidade dos atuais recursos naturais. Mesmo a negligência e a cumplicidade do poder público frente à destruição ambiental sugerem uma revisão historiográfica. Isso porque relatórios provinciais e discursos parlamentares revelam que a regulamentação e o controle da exploração do meio ambiente por parte do poder público, na prática, não se realizou. Os relatos de viajantes também informam uma série de fatos que inferem a incapacidade e inclusive a omissão estatal em questões ligadas à gestão ambiental.

Assim, uma nova escrita da história pode contribuir para uma conscientização ecológica da dimensão histórica de certos problemas atuais – entre eles a poluição ambiental. A partir disso, é possível ainda rever certas tradições tecnológicas, valorizando aquelas reconhecidas como efetivamente ecológicas.

Embora a historiografia brasileira contemporânea venha subestimado a questão ambiental e a própria ecologia, o presente artigo procurou demonstrar que essa lacuna pode e deve ser preenchida. A história ecológica da colonização italiana no Rio Grande do Sul representa, assim, uma nova perspectiva no estudo do desenvolvimento regional.

¹ *Apud* MAESTRI, Mário. A travessia e a mata: memória e história. In: Imigração Italiana e Estudos Ítalo-Brasileiros. Anais do Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana e IX Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros. BÓ, Juventino Dal, IOTTI, Luiza Horn e MACHADO, Maria B. Pinheiro (Org.) Caxias do Sul: EDUCS, 1999, p.203.

² ETGES, Virgínia Elisabeta. A *região* no contexto da Globalização – o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo e SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org). Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, p.352.

³ AZEVEDO, Thales de. Italianos e Gaúchos. Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975, p.93.

⁴ *Idem*, AZEVEDO, 1975, p.103.

⁵ MANFROI, Olívio. Italianos no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luis A. (Org.) A Presença Italiana no Brasil. Porto Alegre: EST, 1987, p.173.

⁶ Idem, MANFROI, 1987, p.178.

⁷ CAMPOS NETO, Aristides Germani. Uma vida exemplar de persistência e operosidade. Porto Alegre, Tipologia Santo Antônio do Pão dos Pobres, 1939, p.13.

⁸ Op. Cit. MAESTRI, 1999, p.204.

⁹ FORTINI *apud* DE BONI, Luis A. e COSTA, Rovilho. Os italianos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Escola de Teologia S. Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1979, p.125.

¹⁰ Idem, FORTINI *apud* DE BONI e COSTA, 1979, p.125.

¹¹ Idem, FORTINI *apud* DE BONI e COSTA, 1979, p.125.

¹² *Apud* DE BONI, Luis A. La Mérica. Caxias do Sul: UCS, 1977.

¹³ *Apud* AZEVEDO, Thales de. Italianos e Gaúchos. Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. POA: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975, p.136.

¹⁴ WILLEMS, Emílio. A aculturação dos alemães no Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, Brasileira, vol 250, 1980, p.82.

¹⁵ MAESTRI, Mário. Os Senhores da Serra. A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo: UPF, 2000, p.37.

¹⁶ COSTA, Rovílio et al. As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu. Porto Alegre: EST, 1992, p.14.

¹⁷ AZEVEDO, Thales de. Italianos e Gaúchos. Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975, p.167-178.

¹⁸ Idem, AZEVEDO, 1975, p.167.